

Padrões de Consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: Uma análise de gênero e renda

Angelita Alves de Carvalho¹
José Eustáquio Diniz Alves²

RESUMO

Este artigo buscou traçar o perfil de consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais a partir de uma análise de gênero e de renda, utilizando os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar 2002-2003 do IBGE. Os dados mostraram que existem diferenciais de consumo importantes entre Minas Gerais e Brasil, as desigualdades de renda vigentes na sociedade brasileira refletem na apropriação desigual dos bens consumidos pelas famílias e os diferenciais de consumo por sexo dos responsáveis pelas famílias mostram questões importantes de gênero no comportamento com relação ao consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo; renda; gênero

ÁREA TEMÁTICA: Demografia

¹ Doutoranda em Demografia pelo CEDEPLAR – angelita@cedeplar.ufmg.br

² Professor Pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – jedalves@ibge.gov.br

Padrões de Consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: Uma análise de gênero e renda

INTRODUÇÃO

As várias mudanças demográficas ocorridas na sociedade nos últimos tempos, especialmente aquelas relativas à redução da fecundidade e da mortalidade, à maior longevidade e aos novos valores associados a este comportamento, bem como as questões relacionadas à maior secularização e individuação, tiveram impactos diretos sobre o tamanho e composição das famílias, as relações de gênero e os padrões de consumo. De modo geral, pode-se dizer que existe uma tendência para estruturas familiares menores e mais heterogêneas quanto à sua composição. Além do crescimento dos arranjos monoparentais e das famílias reconstituídas, existe também um crescente enfoque nas famílias com apenas uma criança, nos casais de dupla renda sem filhos, ou nos arranjos unipessoais (BONGAARTS, 2001; THERBORN, 2006; ARRIAGADA, 2007; MEDEIROS; OSÓRIO, 2002).

Nas idades mais avançadas o crescente número de mulheres vivendo sozinhas decorre do aumento da longevidade feminina em um quadro que os diferenciais de esperança de vida por sexo são muito elevados. Entre os adultos, cresce o número de homens e mulheres vivendo sozinhos, pois existe apesar de um aumento das taxas de nupcialidade, maior número de divórcios e separações, e sem o aumento correspondente das uniões reconstituídas. Além disso, com as mudanças no estilo de vida dos indivíduos, como ao aumento da idade média ao casar, das pessoas que não se casam, e do surgimento de novas formas de relacionamento, em que os casais se relacionam sem a coabitação residencial, cresce cada vez mais o número de pessoas que moram sozinhas (PALMER, 2006; BERQUO, CAVENAGHI, 1988; STRHOM, et. al, 2009).

A distribuição do consumo está relacionada à vários fatores, mas é influenciada, principalmente, pelas modificações que ocorrem na sociedade, principalmente no que envolve o estilo de vida, a composição demográfica e as estruturas familiares. A estrutura das famílias determina os tipos de gastos de cada unidade familiar, uma vez que a composição dos arranjos pode influenciar no uso do tempo e dos recursos monetários entre os moradores: cuidados com crianças e idosos, tarefas domésticas, recursos para consumo e poupança, entre outros. (ARRIAGADA, 1998; MEDEIROS; OSÓRIO, 2002).

As características gerais de cada família, como o número de pessoas que as constituem, a sua composição etária (presença de pessoas dependentes e ativas economicamente), o perfil do seu 'chefe' (sexo, nível de escolaridade, ocupação) entre outras características, também influenciam de maneira decisiva o perfil de consumo das unidades familiares. Como atualmente existe uma grande diversidade de arranjos, com unidades familiares cada vez menores e mais heterogêneas, tem grande relevância a avaliação mais acurada do consumo entre as diferentes estruturas familiares brasileiras uma vez que a possibilidade de respeitar as especificidades dos distintos grupos pode trazer ganhos significativos à análise. Pois essas novas tendências de famílias repercutem significativamente nas condições e opções de consumo, e a possibilidade de conhecer estes hábitos de consumo de uma população ou de um determinado tipo de arranjo pode se tornar um importante instrumento para se analisar o grau de desenvolvimento e bem-estar dos envolvidos (BERTASSO et. al, 2007; MENEZES et. al, 2006).

Concomitantemente às mudanças na família e das relações de consumo ocorreram transformações na forma de rendimento das famílias. No Brasil a estabilização econômica proporcionada pelo Plano Real foi um marco para o aumento do poder aquisitivo e melhoria do bem-estar das famílias brasileiras, em que o consumidor pode experimentar novas relações de compras, após os difíceis anos 80, conhecidos como a "década perdida". Com essas mudanças econômicas, o padrão de consumo também se modificou, com grandes mudanças nas estruturas dos gastos e dos rendimentos das famílias, com uma relação relativamente direta entre aumento de

rendimentos e crescimento nos gastos (MONTALI, 2003; MONTANO, 2003; MEDEIROS, et. al 2006).

Apesar de ter havido melhoria dos rendimentos e maior poder de compra das famílias, poucas transformações ocorreram na distribuição de renda até os anos 2002/2003. O Brasil, apesar de algumas melhorias na condição de vida dos brasileiros ocorrida nos últimos anos, continua ocupando uma das mais altas desigualdades renda no mundo. E a situação é ainda mais crítica uma vez que as desigualdades se acirram quando se trata das diferenças de região, sexo, entre outras. Como o consumo também depende fortemente das alterações e distribuição de renda e dos preços dos produtos, o nível e as diferenças na distribuição de renda da população tem importante impacto para a análise e determinação dos gastos pelas famílias. Assim fazer uma análise dos padrões de consumo respeitando a renda familiar pode revelar questões importantes da desigualdade de acesso ao consumo pelas famílias (FERREIRA, 2000, MEDERIOS, et. al 2006; NERI, 2006, HOFFMANN, 2002, 2007; BARROS et. al, 1997).

Por tudo isso, um estudo que consiga analisar o consumo sobre a ótica dos arranjos familiares, renda e sexo do responsável pode trazer elementos para a definição de políticas públicas que levem em consideração, em seu desenho, o impacto diferenciado de sua atuação junto cada arranjo e indivíduo da família. Pois, a partir do momento em que se constata que as famílias não se comportam como unidades, e nem mesmo há unidade dentro dos próprios arranjos, e que os gastos individuais trazem diferenças claras de consumo quanto ao sexo do responsável e ao estrato econômico a que pertencem, espera-se que aumente a eficiência das políticas na área de família. Além disso, as relações dos gastos com consumo têm sido utilizadas como um indicador importante de bem-estar entre as populações, fazer a relação entre tipos de família, as questões específicas de cada arranjo bem como sua distribuição de renda, ao perfil de consumo pode revelar informações importantes sobre o padrão de bem-estar dos indivíduos.

Assim, considerando as mudanças que vem ocorrendo nos padrões dos arranjos familiares e dos hábitos de consumo da população no país nos últimos anos, o presente trabalho tem como objetivo principal comparar o padrão de consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas do Brasil e de Minas Gerais, identificando as diferenças a partir da renda familiar e do sexo do responsável pela família.

MUDANÇAS FAMILIARES E DE GENERO

A família ao longo do tempo

A família tem passado por muitas transformações, acompanhando e influenciando os acontecimentos históricos, econômicos, sociais e demográficos ocorridos ao longo do último século. Assim, o termo família refere-se a distintos conceitos que variam temporalmente em complexidade e objetivos. Em umas das grandes obras já publicadas sobre família Therborn afirma

“(...) família é um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e poder, delimitando a livre competição através de fronteiras entre membros e não-membros; substituindo o comércio livre e o combate perpétuo por direitos e obrigações. Como tal, a família é uma instituição social, a mais antiga e mais disseminada de todas.” (THERBORN, 2006, p.12).

A definição de família é algo bastante complexo e que irá depender muito da área em que a pesquisa está associada. Sendo assim, a definição do que é família e domicílio é um dos mais importantes fatores de diferenciação das pesquisas que retratam o tema. Atualmente, na maioria dos estudos que são baseados em pesquisas domiciliares, como os da Demografia, Sociologia e Economia, a idéia de família coincide com o grupo residente na unidade doméstica.

A fim de se ter um parâmetro mundial de classificação e definição destes termos a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou em 1998 um documento em que fez algumas recomendações sobre classificação de população e domicílio em pesquisas. Neste documento a ONU recomenda que, considerando o espaço do domicílio, família são definidas por apresentar no mínimo dois membros e estes devem partilhar de relações de parentesco, adoção ou casamento. Apesar das recomendações mundiais, aqui no Brasil, o maior sistema de informações demográficas do país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não atende integralmente as

recomendações da ONU. Principalmente no que diz respeito à classificação dos domicílios resididos por não-família. As famílias são definidas pelo IBGE considerando o espaço do domicílio, e, especificamente, a partir do questionamento sobre a pessoa de referência, (referência no domicílio e na família) para a qual se pergunta a relação com os outros membros. Contudo na hora da classificação, o IBGE se distingue da ONU, pois tem a seguinte classificação de família: pessoa só ou unipessoal (pessoas vivendo sozinha em um domicílio); família única (domicílios ocupados por uma só família); família principal (famílias cujos ‘chefes’ são os donos ou responsáveis pelo domicílio que vivem mais de uma família); família secundária/parente e família secundária/não parente. Assim, percebe-se que o IBGE considera como família as pessoas que moram sozinhas e aquelas que residem juntas sem laços de parentesco, adoção ou casamento.

Ainda sobre a definição de família utilizada pelo IBGE é importante mencionar que na pesquisa de referência deste estudo (Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002-2003) o conceito de família é bem distinto das demais pesquisas domiciliares realizadas neste instituto. Na POF, que é uma pesquisa realizada por amostragem, são pesquisados os chamados domicílios particulares permanentes, que pela definição do IBGE são domicílios que servem exclusivamente para a habitação e que no momento da pesquisa serviam como moradia para uma ou mais pessoas. No domicílio foi identificada a unidade básica da pesquisa, a chamada unidade de consumo, e vale ressaltar que no domicílio podiam viver mais de uma unidade de consumo. Cada unidade de consumo é composta por um único morador ou um conjunto de moradores que compartilhem da mesma fonte de alimentação ou das mesmas despesas com moradia. A família nesta pesquisa é então identificada como a unidade de produção e não baseada em relações de parentesco e convivência doméstica, que identifica núcleos de reprodução. Ou seja, na POF o domicílio unipessoal é considerado família (IBGE, 2004).

As recentes mudanças da sociedade, principalmente as mudanças nos estilos de vida com padrões cada vez mais diversos, concebeu paralelamente novos estilos de família. Especificamente, no Brasil, Goldani (2002) revela que as famílias brasileiras vivenciam uma maior diversidade de arranjos familiares, novas tecnologias reprodutivas, um aumento das mulheres na força de trabalho, elevadas taxas de divórcio, etc. Tudo isto oferece a falsa impressão de que as famílias estão desestruturadas, ameaçadas ou mesmo desaparecendo, quando, de fato, estas demonstram sua enorme capacidade de adaptação e de mudança. E no sentido de mostrar as mudanças de arranjos familiares brasileiros, Medeiros; Ozório (2002) afirmam que no Brasil há uma à limitação do espaço domiciliar a um espaço de coabitação de membros de uma única família, contudo não se deve fazer a uniformização dos arranjos domiciliares, pois a composição destes no Brasil vem se afastando do padrão conhecido como família nuclear e concluem dizendo:

“ (...) os arranjos estão tornando-se mais heterogêneos quanto à composição de seus núcleos, mais homogêneos quanto ao tamanho e à composição de suas periferias, e que os fatores relacionados à mudança na estrutura etária da população são as principais causas de redução do tamanho médio dos arranjos domiciliares” (MEDEIROS; OZÓRIO, 2002, p.7).

Segundo os autores citados acima, no período em análise, houve um aumento da heterogeneidade dos tipos de núcleo dos arranjos brasileiros, pois diminuiu a proporção de arranjos de núcleo composto (casal) e aumentou os de núcleo simples constituído por uma mulher. Ao mesmo tempo os arranjos tornam-se mais semelhantes quanto ao tamanho e à constituição de suas periferias, no qual se reduziu a quantidade média de filhos e de outros parentes em todos os tipos de arranjo, e também a variação dos tamanhos de periferia em um mesmo tipo.

Berquó; Cavenagui (1988) retrataram o aumento das famílias pequenas como resultado da redução da fecundidade e da mortalidade, o que garante mais tempo de vida aos adultos, que vivem então como casal ou sozinhos, contribuindo também para aumento dos domicílios com duas ou com

³ Segundo os autores os termos “núcleo” e “periferia” por não serem de uso corrente na literatura devem ser entendidos mais como instrumentos de classificação do que como uma indicação da composição das hierarquias nos arranjos. O termo periferia não possui nenhum conteúdo valorativo. Periferia então seria composta pelos membros cuja movimentação (entrada e saída).

somente uma pessoa. Também em Camargos (2008) fica claro que, dentre as muitas conseqüências das mudanças demográficas pelas quais o Brasil vem passando, um dos pontos de vista a ser considerado diz respeito às modificações nos arranjos familiares ou domiciliares, que se dá principalmente pela diminuição do tamanho da família, reflexo da redução da fecundidade, e o aumento da longevidade, que por sua vez, tem contribuído para a crescente formação de arranjos unipessoais.

Em um estudo mais recentemente de Carvalho et al. (2009), observaram a partir das PNADs 1987, 1997 e 2007 que houve um acréscimo relativo de 212% entre 1987 a 2007 dos domicílios com uma pessoa no Brasil, sendo a região Norte a que apresentou maior crescimento desse tipo de arranjo (mais de 500%). Os domicílios unipessoais passaram de 6,7% em 1987 para 11,5% em 2007 do total de domicílios no país, sendo as regiões Centro-Oeste e Sudeste as que apresentam maior número de pessoas sozinhas. Quando à escolaridade das pessoas sozinhas, o estudo mostrou que há maior concentração está nos grupo de até 3 anos de estudo e de 15 e mais anos, com crescimento entre 1987/2007 diretamente proporcional ao aumento do número de anos de estudo. Sobre a variável raça/cor, os autores apontaram que a taxa de pessoa só é maior atualmente entre a raça/cor amarela e branca, apresentando a primeira maior crescimento 1987/2007. A tendência indicada neste estudo aponta para um crescimento cada vez maior desse tipo de arranjo, destacando o grupo de idosos. Contudo os autores sugerem a partir dos dados que pode haver um maior crescimento da opção de morar só entre os adultos de 40 a 50 anos, pois foi o grupo etário onde o crescimento entre 1987/2007 de pessoa só foi maior. E ainda sugerem que:

(...) apesar de um crescimento menor do que o conjunto de pessoas sozinhas, há algumas evidências que apontam para uma tendência de crescimento de pessoas sozinhas entre os grupos mais jovens (até 29 anos), principalmente entre as mulheres (crescimento de 188% entre 1987/2007). Esta possível tendência poderia estar correlacionada às mudanças nos valores familiares (gênero, casamento e filhos) principalmente às novas opções de vida das pessoas jovens, nas quais os interesses individuais vêm tornando-se prioritários (CARVALHO, et. al, 2009, p.14).

As relações de gênero e família

Araújo e Scalon (2005) afirmam que as grandes transformações no mundo da família e nas relações de gênero tem enfraquecido a característica hierárquica da sociedade, possibilitando assim o surgimento de formas mais horizontais e simétricas de interação. Segundo Alves (2000), realmente, durante o século XX as mulheres brasileiras obtiveram o reconhecimento e conquistaram várias vitórias: inseriram-se na educação, no mercado de trabalho, obtiveram acesso ao voto e aos meios contraceptivos, etc. Isto representou um avanço em prol da diminuição das iniquidade de gênero, contudo foi apenas uma batalha vencida, mas não o fim da guerra pela igualdade.

Estas conquistas femininas se repercutiram em diversas áreas aumento da esperança e vida, acesso à aposentadoria, à mídia (televisão, cinema, uso de Internet, etc), aos esportes e ao consumo. Os avanços na educação também foram bastante expressivos contudo as conquistas femininas no campo educacional não foram acompanhadas, por conquistas no mercado de trabalho, no mesmo grau. As mulheres reverteram o hiato de gênero na educação, mas não reverteram os hiatos ocupacional e salarial. Também no que envolve as mulheres no mundo político, as mulheres avançaram pouco na ocupação de espaços de poder mais hierarquizados e institucionalizados. Pois ainda é mínima a participação feminina no topo dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e os avanços na representação política das mulheres brasileiras têm sido pequenos e não têm acompanhado os avanços ocorridos no resto do mundo (ALVES; CORRÊA, 2009).

Segundo Goldani (2000), os indicadores diretos e indiretos que possibilitem entender de forma mais detalhadas e com uma dimensão temporal as mudanças e permanências de comportamento nas relações de gênero, principalmente em termos das representações ou expectativas de comportamento de homens e mulheres a respeito da família ainda são bastante limitados. Sabe-se que, a assimetria de gênero, desfavorável a mulher, continua sendo um dado concreto das novas possibilidades de cursos de vida para as mulheres brasileiras, principalmente devido a reafirmação das as tarefas de reprodução e criação de filhos, onde apesar de atualmente, ocuparem cada vez menos tempo da vida adulta das mulheres, estas continuam sendo tarefas quase

exclusivas delas, ao mesmo tempo que o poder de decisão continua desproporcionalmente em mãos masculinas. Para a autora, entre as lacunas mais importantes para a análise e construção de indicadores de (des)igualdades de gênero nas famílias seriam:

“i) A falta de informações sobre as práticas familiares de homens e mulheres, fato que nos tem limitado à estimativas indiretas sobre as desigualdades na vivência das relações e obrigações familiares, e II.) O uso da família conjugal como a unidade de referência dos poucos dados existentes, o que sugere, erroneamente, que a desigualdade de gênero na família seria construída, sobretudo, neste tipo de família e em certas etapas do ciclo de vida familiar” (GOLDANI, 2000, p.20).

Para Araújo; Scalón (2005) o cuidado, entendido “como atividade constitutiva da vida social, física, psíquica e emocional das pessoas” assim como as responsabilidades familiares ainda são atributos exclusivamente das mulheres. Estas atividades foram construídas como uma responsabilidade “natural” do feminino, o que reforçam por muito tempo as desigualdades de gênero na família. As autoras apontam que estudos têm revelado mudanças nas percepções de homens e mulheres em direção a uma cultura mais igualitária, convivendo com a persistência de práticas tradicionais, que parece mudar de forma lenta e pontual.

Outro tema em que gênero e família estão bastante relacionados e conseqüentemente muitos estudiosos se dedicam, diz respeito à questão do poder, onde a relação econômica continua determinando para determinar o grau de autonomia nessas relações, principalmente no que envolve o sexo dos responsáveis pela família. A atribuição de chefia ainda segue modelos tradicionais e com fortes vieses de gênero, em que as mulheres, mesmo sendo parceiras ou até mesmo responsáveis pela manutenção do lar, acabam por atribuir ao companheiro o título de ‘chefe’. Todos esses comportamentos reforçam as desigualdades de gênero, tornando a mulher presa à família, a seus papéis e responsabilidades reprodutivas e o homem detendo todo o poder do grupo família (Carlotto e Mendes APUD SANTOS, 2008; ARAÚJO; SCALON, 2005).

Ainda sobre as questões de gênero e família, sabe-se que os arranjos monoparentais femininos estão estritamente ligados às discussões de pobreza, sendo muitas vezes relacionados ao termo bastante controverso, o denominado de ‘*feminização da pobreza*’, considerando que há uma maior incidência de pobreza entre as mulheres do que entre os homens. Contudo Silva (2007) e Novelino (2004) discutem que a ‘chefia’ familiar feminina não pode ser considerado um indicador de maior pobreza das mulheres pois, há uma tendência, nos estudos sobre a feminização da pobreza, de comparar dados das mulheres ‘chefes’ com os homens ‘chefes’ de famílias nucleares, pois a ‘chefia’ masculina sem cônjuge é muito pequena. Comparar estes arranjos pode trazer vários vieses, pois além de serem muito heterogêneos, a pobreza atinge homens e mulheres de forma diferenciada. E quando se compara dados de mulheres ‘chefes’ sem cônjuge com homens em igual situação, observa-se que estes últimos encontram-se em desvantagem em relação aos primeiros. Parece que as características femininas antes enumeradas, e que as colocam em situação de desvantagem em relação às famílias nucleares com responsáveis masculinos, principalmente as que se referem às funções reprodutivas, as colocam em situação melhor quando comparadas às de ‘chefia’ masculina sem cônjuge. Ou seja, as mulheres não são as mais pobres entre os pobres, e a adoção não crítica do termo ‘feminização da pobreza’ pode estar sobrerrepresentando as famílias monoparentais com ‘chefia’ feminina entre o grupo dos pobres, o que pode acabar por mascarar outros tipos de arranjos que podem estar em situação de igual e maior vulnerabilidade. E ainda, associar a pobreza à mulher é uma maneira de persistir com visões preconceituosas a respeito das capacidades femininas (MACEDO, 2009).

Também estão estritamente relacionadas às questões de gênero e a formulação de políticas públicas para as famílias. Pois tradicionalmente há uma grande centralidade das famílias como fator de proteção social, o que não somente implica considerar seu caráter ativo e participante nos processos de mudança em curso como também suas transformações internas, em especial suas dimensões de sexualidade, procriação e convivência. As famílias brasileiras experimentam grandes transformações como aumento da diversidade dos arranjos sexuais, das tecnologias reprodutivas, inserção das mulheres na força de trabalho, mudanças nos papéis de gênero, entre outras. Pinheiro; Fontoura (2007) discutem a associação as mulheres e a distribuição de políticas públicas, para qual

as autoras alertam que essa associação pode vir a reforçar os papéis femininos ligados à maternidade, e indiretamente vem reforçando as diferenças de gênero na família. Nesse sentido Alves (2009) defende é preciso se criar políticas amigáveis às mulheres e que se evitar o familismo⁴ Para o autor, desfamiliarização não significa opor-se à família em geral, mas sim ao tipo de arranjo familiar tradicional e hierarquizado, com forte desigualdade de gênero e geração. Desfamiliarizar a política de proteção social significa se opor à transferência das responsabilidades de atenção, cuidado e bem-estar do âmbito público para o seio da família.

PODER AQUISITIVO, DESIGUALDADES E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

Rendimentos e Desigualdades

O final do século XX foi marcado por uma economia oscilante e planos econômicos instáveis. A década de 90 iniciou-se sob a égide do “Consenso de Washington” que buscava a realização de um amplo consenso liberal, favorável à implementação de programas de estabilização, ajustes e reformas institucionais, apoiado e promovido pelos governos nacionais e pelas agências financeiras internacionais. Depois de diversas tentativas de pacotes econômicos fracassados, em 1994, iniciou-se uma nova tentativa de estabilização econômica no país, tendo sido criado o Plano Real. O Plano Real não resolveu todos os problemas existentes, mas marcou um novo período na história econômica do Brasil. O consumidor pôde experimentar a sensação de viver em uma economia com inflação reduzida, em que tinha a possibilidade de programar melhor os seus gastos. Como os investimentos, antes considerados rentáveis (em função da confusão existente entre correção monetária e juros), deixaram de seduzir os consumidores, estes passaram a substituí-los pela aquisição de produtos. Isto se tornou possível graças às formas facilitadas de crédito e à abertura de acesso aos produtos importados. O consumidor brasileiro, acostumado a se privar de uma série de bens, viu, neste período de inflação baixa, a possibilidade de realizar seus sonhos de consumo (FREITAS, 2005).

O Plano Real de 1994 fez com que ocorresse a estabilização da moeda e o país apresentasse um novo panorama econômico, sendo assim um marco teórico do aumento do poder aquisitivo das famílias, ocorreram assim grandes mudanças nas estruturas dos gastos e dos rendimentos das famílias, com uma relação relativamente direta entre aumento de rendimentos e crescimento nos gastos. Ou seja, o Real trouxe um aumento do poder aquisitivo das famílias, contudo ao longo do tempo percebeu-se que permaneceu a má distribuição de renda e ainda ocorreu a queda no poder aquisitivo das famílias mais pobres. De certa forma o Plano Real trouxe uma nova forma das famílias cuidarem dos seus orçamentos familiares por conta da estabilidade da moeda e planejar seus gastos. Se, por um lado, o controle do processo inflacionário trouxe um ganho real de poder de compra para as classes menos favorecidas, por outro lado, as reduzidas taxas de crescimento da economia brasileira bloquearam o consumo das famílias duas vezes, por serem, em si, uma restrição da renda disponível, como também por dificultar uma melhor distribuição de renda (RAMOS; REIS, 1997; ALMEIDA; FREITAS, 2007).

Segundo estudo de Almeida e Freitas (2007) a renda mensal média dos domicílios brasileiros levantados pela Pesquisa Nacional de Orçamentos Familiares 2002-2003, foi de R\$ 1.819,37, com uma diferença grande quando nos referimos aos setores urbanos e rurais (R\$ 1.989,15 para as áreas urbanas e R\$ 880,57 para as rurais). Quando analisado por regiões, os estados da região Sudeste apresentam uma renda média mensal dos domicílios de R\$ 2.247,00, seguidos pela região Sul (R\$ 1.970,90), Centro-Oeste (R\$ 1.802,00), Norte (R\$ 1.271,00) e Nordeste (R\$ 1.101,00). Com relação a salários mínimos, observou-se que 48% da população brasileira possuem renda mensal acima de cinco salários mínimos (R\$ 1.000,00), 35% entre dois e cinco salários mínimos (R\$ 400,00 e R\$ 1.000,00, inclusive) e 17% abaixo de dois salários mínimos (R\$ 400,00).

De 2001 a 2004, a desigualdade de renda familiar per capita no país caiu de forma contínua e substancial, alcançando seu menor nível nos últimos trinta anos. Essa desconcentração de renda é

importante por si só e também pelo impacto que teve sobre redução da pobreza e da extrema pobreza, pois uma queda na desigualdade de renda só ocorre quando a renda média dos mais pobres cresce mais rapidamente que a renda média nacional. Entre esse período estudado a renda média dos 10% mais pobres cresceu anualmente cerca de 7%, enquanto a renda média nacional declinou 1% ao ano. Assim, o crescimento da renda média dos 20% mais pobres foi cerca de 20 pontos percentuais acima do observado entre os 20% mais ricos, onde “a percepção dos mais pobres no Brasil foi a de estarem vivendo em um país com uma alta taxa de crescimento econômico, enquanto os 20% mais ricos tiveram a percepção de estarem vivendo em um país estagnado” (MEDEIROS et. al, 2006, p. 16).

Segundo Neri (2008) a desigualdade de renda apresenta caiu durante o período de 2002 a 2008, com o Coeficiente de Gini¹ reduzindo de 0,61 em dezembro de 2002 para 0,56 em dezembro de 2008. Este deslocamento é considerado bastante representativo, uma vez já conhecida a escala de variação do coeficiente, o qual ficou estagnado em 0,6 de 1970 a 2000. Este estudo destaca que no panorama da crise mundial atual, em que o ritmo de diminuição da desigualdade desacelera, contudo a crise parece afetar mais os mais ricos, pois os pobres aparentam estar perdendo menos que os ricos.

Estudos tem retratado a importância das famílias na discussão sobre desigualdade de renda, pois a proporção média de adultos nas famílias assume uma relação positiva com o nível da renda familiar per capita, o que favorece a elevada desigualdade da distribuição de renda, uma vez que a maior proporção de adultos tende a elevar a renda média das famílias. E as mudanças na constituição da famílias entre 2001 e 2005 mostra que aumentou-se a proporção de adultos jovens nas famílias mais pobres e diminuiu-se nas mais ricas; aumentou a proporção de maduros em todos os décimos da distribuição, menos nos muito ricos; e é exatamente nestes últimos décimos que houve forte aumento da proporção de idosos. Como os maiores rendimentos médios são os dos adultos entre 30 e 59 anos, o conjunto dessas modificações sugere um efeito positivo da mudança da proporção de adultos sobre a queda da desigualdade, ou seja, a mudança demográfica contribuiria para a redução da desigualdade. Ou seja, as famílias com maior proporção de crianças se concentraram nos decis mais pobres da distribuição e isso tem um efeito concentrador sobre a desigualdade. No entanto, as mudanças demográficas observadas no período recente contribuíram, mesmo de forma discretamente, para reduzir a desigualdade, uma vez que os decis de renda tornaram-se mais homogêneos do ponto de vista da proporção de adultos em suas famílias (WAJNMAN, et. al, 2006; MEDEIROS et. al 2006, BARROS, et. al, 2006)

Um estudo de Hoffmann (2007) com base na POF 2002-2003 expôs que a renda per capita do país como um todo é de, em média, R\$ 500,60, praticamente o dobro da renda mediana (R\$250,7), e os 10% mais ricos, com uma renda per capita acima de R\$ 1.088,00 recebem 47,1% da renda total. O centésimo mais rico, com uma renda per capita acima de R\$ 4.087,5, se apropria de 14,0% da renda total declarada, o que supera a percentagem da renda que é recebida por toda a metade relativa pobre da população (12,9%). Analisando por regiões, esse estudo coloca que a média da renda per capita do Nordeste corresponde a menos de 39% da média em São Paulo, e que devido a maior desigualdade nessa região, o contraste é mais evidente quando comparadas as rendas medianas: a do Nordeste corresponde a menos de um terço da mediana de São Paulo. Nos estados de São Paulo e no Sul a desigualdade de distribuição da renda é comparativamente mais baixa comparada com outros estados e regiões.

Além disso, no estudo de Almeida e Freitas (2007) os autores concluíram que as famílias com renda mensal baixa têm um déficit orçamentário, e essa situação inverte-se quando se analisam classes de renda superiores. Analisando com base em renda per capita, percebeu-se que no grupo de famílias ricas, essa renda é 2.248% maior do que a do grupo de famílias com até 2,5 salários mínimos. Também no estudo de Castro e Magalhães sobre o dispêndio e rendimento das famílias através da comparação das Pesquisas de Orçamentos Familiares

⁵ Coeficiente de Gini é um dos indicadores consagrados e de uso difundido na literatura que revelam o grau da desigualdade de renda de uma realidade específica.

de 1988 e 1996, foi verificado o processo de déficit orçamentário das famílias com rendimento até seis SM, que, em média, gastavam mais do que recebiam.

Por fim, Medeiros et. al (2006) conclui que apesar da queda recente, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada, para a qual a renda do 1% mais rico da população é igual à renda de 50% dos mais pobres. O País continua ocupando uma posição desfavorável internacionalmente, em que 95% dos países para os quais apresentam concentrações menores que a do Brasil. Se mantivesse o ritmo acelerado de redução da desigualdade, ainda seriam necessários vinte anos para que o Brasil apresentasse uma distribuição compatível com os países que têm o mesmo nível de desenvolvimento.

Estudos sobre Consumo e Orçamentos familiares

Os estudos de orçamentos familiares, historicamente têm mostrado que à medida que cresce a renda, diminui a proporção a parcela que é gasta com itens referentes à alimentação. Essa afirmativa é conhecida como Lei de Engel. O estatístico alemão Ernst Engel (1821-1896) concluiu, no século XIX, a partir de estudos de orçamentos familiares, que à medida que cresce a renda, diminui a proporção da renda que é gasta com itens referentes à alimentação. Esta constatação pode parecer um tanto óbvia, porque sabemos que apesar das pessoas melhorarem a qualidade da alimentação, o que leva ao maior gasto, existe um limite para aquilo que as pessoas são capazes de ingerir de alimentos. Mas mostra dois aspectos importantes. Um que os gastos com outras atividades como educação e lazer passam a fazer parte integrante e com maior peso somente quanto o maior rendimento o permite. Outro aspecto é que famílias mais pobres acabam por comprometer grande parte de seus salários com alimentação e, como sabemos, em muitas situações a alimentação ingerida não é de alto conteúdo nutricional, além de comprometer a melhor educação e saúde das populações mais carentes (CALLEGARO, 1982).

Os gastos das famílias brasileiras estão relacionados com alguns fatores como, por exemplo: as alterações na renda e em sua distribuição, os preços dos produtos e também pelas modificações que ocorrem na sociedade (estilo de vida, alterações demográficas, e nas alterações nas estruturas familiares) além de depender do nível de instrução dos indivíduos. Segundo Menezes et. al (2006), os gastos das famílias brasileiras com alimentos são afetados pelas alterações na renda, e em sua distribuição, pelos preços relativos dos bens e por outras transformações que ocorrem na sociedade brasileira, como por exemplo, urbanização, estilo de vida, mudanças demográficas mudanças na composição das famílias (grau de instrução escolar e do sexo do 'chefe' da família. O estudo dessa autora é referente aos gastos com alimentação, mas da mesma forma que esses fatores alteram esse específico tipo de gasto, influencia também os outros tipos de gastos

O estudo de Silveira et. al (2006) mostrou que o gasto em assistência à saúde relacionaram-se mais à idade que a outras variáveis, enquanto a composição desses gastos é influenciada principalmente pela renda familiar e também pela faixa etária de seus componentes. Os gastos em educação foram classificados como mais relacionados com a renda familiar per capita, enquanto a composição desse tipo de gasto associou-se mais com o padrão etário das famílias. Quanto ao fumo, este assume proporção significativa no orçamento das famílias pobres, o que as "impede" de direcionar maior tenda para despesas como diversificação alimentar, educação, recreação e cultura. Já os gastos com cerimônias religiosas e familiares tendem a ser relevantes tanto para famílias ricas, idosas e pobres.

Em outro estudo sobre os perfis de gastos e de recebimento das famílias urbanas, observou-se características bem definidas entre os grupos de família. Entre os grupos familiares pobres, encontrou-se elevada participação dos gastos com alimentos básicos, transporte urbano, remédios e fumo. Já nos grupos de maior renda, os gastos com habitação, serviços públicos, planos de saúde educação. Nos grupos familiares com maior presença de idosos, destacam-se os gastos com saúde e com a alimentação (SILVEIRA; BERTASSO, 2004). Já segundo os primeiros resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003, as despesas com alimentação, habitação e transporte correspondem a 74,69% (20,75%, 35,50% e 18,44%, respectivamente) da despesa de consumo média mensal das famílias brasileiras, que representa 61,55% da despesa total.

Almeida; Freitas (2007) mostram que nas famílias que possuem uma renda mensal de até R\$ 500,00 (2,5 salários mínimos), os gastos com alimentação são responsáveis por 37% do orçamento e, conforme se distancia da classe, essa participação vai diminuindo até o limite de 10% na classe das famílias mais ricas. Quanto maior a classe socioeconômica também aumenta a participação de despesas pessoais, como para despesas de transporte

METODOLOGIA

A base de dados

A base de dados utilizada foi a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Optou-se por esta base de dados devido à sua riqueza de informações em aspectos que envolvem à estrutura orçamentária, como despesas e rendimentos dos domicílios e famílias brasileiras, o que possibilita o análise da composição dos gastos de acordo com rendimentos e composição familiar. Além disso, Diniz et. al (2007) destaca que a pesquisa apresenta ainda dados socioeconômicos e demográficos que enriquecem a leitura das informações específicas de consumo. Contudo os autores chamam a atenção para o fato de que a despeito do volume de informações que a pesquisa apresenta ela ainda é pouco explorada.

Os objetivos das POFs é o estabelecimento da estrutura de gastos em consumo empregada nos cálculos do índices de custo de vida, mais especificamente, a determinação e a atualização das estruturas de ponderação dos dois principais índices de preços do IBGE – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – e a investigação da parcela do consumo das famílias nas Contas Nacionais. A fim de atender esses objetivos, a pesquisa investiga de maneira detalhada o orçamento das famílias, através da mensuração apurada dos rendimentos, o que possibilita novos focos de análise das condições de vida das famílias brasileiras, a partir de seus orçamentos domésticos (DINIZ et. al, 2007).

A POF é uma pesquisa realizada por amostragem, no qual são investigados domicílios particulares permanentes. Assim é o domicílio a unidade básica da pesquisa, ou seja a unidade amostral ou unidade de consumo, que compreende um único morador ou conjunto de moradores que compartilham a mesma fonte de alimentação ou compartilham as despesas com moradia. Essa unidade de consumo equivale, na POF, ao termo “família”. O conceito de família então é designado a partir do compartilhamento de despesas, contudo se um domicílio coabitam, compartilhando despesas e consumo, um casal e sua filha e netos, a POF considera apenas uma unidade de consumo. Assim, neste trabalho os termos “família” e “unidades de consumo” têm o mesmo significado, mas se deve alertar para sua não-comparabilidade direta com as famílias que seguem o conceito da relação de parentesco, como a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio). O que não significa que estas pesquisas não sejam comparáveis, pois a POF possui a variável de relação de parentesco e a partir daí pode-se estabelecer critérios de família comparáveis às demais pesquisas onde família segue o conceito de parentesco (IBGE, 2004).

O IBGE realizou três POFs 1987, 1995 e 2003, sendo a POF 2002-2003 é a mais recente publicada. Ela foi a campo entre julho de 2002 a junho de 2003 e a data de referências dos dados é janeiro de 2003, uma vez que devido ao fato da pesquisa ser realizada durante um ano podem ocorrer muitas variações nos preços dos produtos. Destaca-se nesta POF, a investigação de despesas e recebimentos não-monetários, auto-avaliação sobre questões de condições de vida e medidas antropométricas da população brasileira. A amostra da POF de 2002-2003 abrangeu ao todo 48.470 domicílios, onde residiam 182.333 pessoas, representando 0,1% do total de domicílios do país. (IBGE, 2004).

Variáveis Utilizadas

Com relação aos arranjos familiares, foram criados por meio da relação de parentesco os seguintes arranjos: unipessoal, casal sem filhos, casal com filhos, monoparental e outros.

As categorias de despesa principais utilizadas foram classificadas da seguinte forma:

- 1) **Alimentação:** Nesta categoria foram incluídas todas as despesas com a aquisição de alimentos feitos pela unidade de consumo (dentro e fora do domicílio).
- 2) **Habitação:** Foram consideradas as despesas com aluguel, serviços e taxas do domicílio, incluindo também despesas referentes a manutenção do domicílio, artigos de limpeza, mobiliários, eletrodomésticos, equipamentos e artigos do lar, manutenção e consertos de eletrodomésticos, aluguel de aparelhos de uso doméstico, despesas com construção e reformas, aquisição de utilidades, instrumentos, móveis, artigos de decoração, serviços domésticos.
- 3) **Vestuário:** Incluiu-se nesta categoria as despesas com aquisição de roupas prontas (homem, mulher e criança), calçados, bolsas, cintos, bijuterias, tecidos e artigos de armarinho.
- 4) **Transporte:** Foram consideradas as despesas com transporte urbano (táxi, ônibus, metrô, trem, barcas e transportes alternativos), gasolina, álcool para veículo próprio, manutenção de veículo próprio, aquisição de veículos, estacionamentos, pedágios, acessórios para veículos e seguro obrigatório.
- 5) **Assistência à saúde:** Incluiu-se nesta categoria as despesas com produtos e serviços relativos a saúde tais como: remédios, plano e seguro saúde, consulta e tratamento dentário, consulta médica, tratamento ambulatorial, etc.
- 6) **Educação:** Foram consideradas as despesas com mensalidades e outras despesas escolares com cursos regulares, curso superior de graduação, outros cursos, livros didáticos, artigos escolares, uniformes, matrículas, etc.
- 7) **Recreação e Cultura:** Nesta categoria foram consideradas as despesas com brinquedos e jogos como bola, boneca, softwares, celular e acessórios, livros, revistas, jornais, esportes, cinema, teatro, equipamentos de ginástica, viagens, despesas com leitura (livros não didáticos).
- 8) **Outras Despesas de Consumo:** Foram incluídas as despesas com higiene e cuidados pessoais, fumo, serviços pessoais, despesas diversas (fumo, jogos e apostas, cerimônias e festas familiares e religiosas, produtos para animais, jóias, relógios, aparelhos celulares, serviços bancários, de cartório e profissionais, com outros imóveis, utensílios avulsos e artigos de banheiro, copa e cozinha, com contribuições, transferências e encargos financeiros).

Com relação as variáveis de renda, utilizou-se a variável renda mensal da unidade de consumo já existente na POF. Também foi feita uma análise de renda por meio dos percentis, a partir da renda mensal da unidade de consumo. Contudo para melhor análise utilizou-se os percentis mais agregados, onde as comparações foram feitas a partir dos 50% mais pobres, 40% intermediários e 10% mais ricos. Em alguns momentos, utilizou-se também da proporção entre os 10% mais pobres e os 10% mais ricos. E por fim a variável sexo foi inserida em algumas análises.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primeiramente é importante analisar a distribuição dos arranjos familiares no Brasil e em Minas Gerais, a fim de se verificar possíveis diferenças. Observa-se (Quadro 1) que, de forma geral, a distribuição percentual dos arranjos no estado possui uma distribuição bastante similar à do Brasil, com uma pequena diferença quanto ao arranjo monoparental, o qual em Minas Gerais aparece em maior percentual, e conseqüentemente os dos tipos casais sem e com filhos é um pouco mais baixo do que no Brasil. Apesar do arranjo casal com filhos ainda ser o arranjo de maior peso entre os demais sabe-se que esse tipo de arranjo vem diminuindo a cada ano no Brasil, devido principalmente ao aumento de outros tipos de arranjo, especialmente o das famílias monoparentais, especialmente aqueles em que a pessoa de referência é mulher. Também tem crescido o arranjo do tipo casal sem filhos, resultado tanto do aumento dos chamados ‘ninhos vazios’ quando dos casais que não tem filhos, uma parte deles representado pelos casais sem filhos de dupla renda, os chamados DINC (*Double Income No Children*). Nesse mesmo sentido o arranjo unipessoal ganha cada vez mais peso devido principalmente à maior longevidade dos idosos bem como às alterações do estilo de vida das pessoas (GOLDANI, 2002; WOORTMANN; BARROS et. al, 2008; CARVALHO et. al 2009).

Quando se observa o sexo da pessoa de referência, Brasil e Minas possuem praticamente a mesma distribuição. Nota-se que ainda são os homens os mais definidos como os responsáveis pelas famílias, principalmente nos arranjos dos tipos casal com filhos e casal sem filhos, ou seja, nestes arranjos a ‘chefia familiar’ ainda é declaradamente masculina, e a mulher tende a assumir o papel de cônjuge. Pois, devido às concepções tradicionais de gênero, muitas atitudes das mulheres com relação a declaração do responsável pela família, acabam por diminuir e até mesmo eliminar sua contribuição, e que por isso muitas mulheres atribuem ao companheiro a chefia da casa, embora as mesmas se reconheçam com parceira e até mesmo mantenedoras financeiras da unidade. Já nos arranjos monoparentais e outros as mulheres predominantemente se declaram como as pessoas de referência na família, uma vez que arranjos monoparentais masculinos são eventos raros. E destaca-se que em Minas Gerais, entre as mulheres chefes em famílias, aquelas que chefiam arranjos monoparentais têm um percentual mais elevado (cerca de 4%) do Brasil. E contrariamente é menor o percentual daquelas que chefiam arranjos biparentais. E com relação aos arranjos unipessoais, estes são aqueles que apresentam maior equilíbrio entre os sexos como pessoa de referência, tanto para o Brasil quanto para o Estado, fato justificado uma vez que a distribuição de sexos entre este tipo de arranjo tem se tornado cada vez mais homogênia, com o grande crescimento de mulheres morando sozinhas, principalmente nas idades de 40 a 50 anos e também nas idades mais jovens (de 15 a 29 anos) (WOORTMANN; WOORTMANN, 2002; SANTOS, 2008; CARVALHO et. al 2009).

Quadro 1 - Distribuição percentual (%) dos tipos de arranjos segundo sexo da pessoa de referência, Brasil e MG 2003.

tipo de arranjo	Brasil			Minas Gerais		
	sexo		Total	sexo		Total
	homem	mulher		homem	mulher	
unipessoal	5,2	4,9	10,2	5,3	5,0	10,2
casal sem filhos	12,2	1,0	13,3	11,7	0,9	12,6
casal com filhos	52,4	3,8	56,2	52,2	3,2	55,4
monoparental	2,0	13,9	15,9	2,6	14,8	17,5
outros	1,8	2,6	4,4	2,0	2,3	4,3
unipessoal	7,1	18,8		7,1	18,9	
casal sem filhos	16,6	4,0		15,9	3,4	
casal com filhos	71,1	14,4		70,7	12,2	
monoparental	2,7	52,9		3,6	56,8	
outros	2,4	10,0		2,8	8,7	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados POF 2002-2003, IBGE.

Analisando os diferenciais da distribuição dos arranjos de acordo com os percentis de renda (Quadro 2), observa-se que existem diferenças importantes entre os arranjos e também entre Minas e Brasil, sendo que no estado há maior percentual de pessoas, especialmente as mulheres no percentil dos 50% mais pobres do que no país, esse percentil concentra 59% das mulheres do estado enquanto que no Brasil elas não chegam a 56%. E quanto aos arranjos observa-se que há maior percentual daqueles em que há apenas um cônjuge, como é o caso dos monoparentais e outros, entre os 50% mais pobres do que aqueles de núcleo biparental, fato que pode estar relacionado à falta de um dos cônjuges e sua consequente contribuição para o orçamento familiar. Observa-se que o arranjo unipessoal é o que apresenta menor porcentagem de pessoas no estrato A e B, o que pode estar relacionado à faixa etária das pessoas sozinhas, que se compõe na maioria dos casos de pessoas idosas, que geralmente vivem com o rendimento de aposentadoria e pensão. Por outro lado, famílias do tipo casal com filhos tem grande peso no percentil dos 10% mais ricos, pois normalmente ambos os cônjuges trabalham e estão em pleno período de atividade econômica. De maneira geral observa-se também que em Minas, para todos os arranjos, existe um percentual menor em relação ao Brasil, daqueles que são chefiados por mulheres e estão entre os 10% mais ricos, em contrapartida, existe maior percentual destes entre os 50% mais pobres, chegando no caso

do arranjo unipessoal feminino a uma diferença de quase 15 % a mais em relação ao Brasil. O mesmo ocorre com os arranjos unipessoais chefiados por homens, pois também possuem menor percentual entre os 10% mais ricos no estado.

Quadro 2 - Distribuição percentual (%) dos arranjos familiares segundo percentis de renda e sexo da pessoa de referência, Brasil e MG 2003.

Local	Percentis	Sexo	unipessoal	casal sem filho	casal com filho	Mono-parental	outros	Total	
Brasil	10% mais ricos	Homem	0,5	1,6	8,1	0,3	0,2	10,7	
		Mulher	1,2	0,7	2,0	3,4	0,8	8,1	
	40% intermediários	Homem	2,0	6,7	30,6	1,0	1,1	41,3	
		Mulher	5,1	1,3	6,2	19,8	3,7	36,1	
	50% mais pobres	Homem	4,6	8,3	32,5	1,5	1,2	48,0	
		Mulher	12,5	2,0	6,3	29,6	5,5	55,9	
	10% mais ricos	Homem	7,6	9,3	11,3	11,3	8,7		
		Mulher	6,4	17,4	13,8	6,4	8,2		
	40% intermediários	Homem	27,8	40,7	43,0	35,1	43,9		
		Mulher	27,3	31,6	42,6	37,5	37,1		
	50% mais pobres	Homem	64,6	50,0	45,7	53,6	47,4		
		Mulher	66,3	51,1	43,6	56,1	54,7		
	Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	Minas Gerais	10% mais ricos	Homem	0,4	1,0	8,2	0,2	0,2	10,0
Mulher			0,1	0,3	2,0	3,2	0,5	6,0	
40% intermediários		Homem	1,3	6,7	33,6	2,0	1,5	45,2	
		Mulher	3,8	1,3	4,8	22,0	3,1	34,9	
50% mais pobres		Homem	5,4	8,2	28,9	1,3	1,0	44,8	
		Mulher	15,0	1,9	5,4	31,6	5,2	59,1	
10% mais ricos		Homem	5,7	6,4	11,6	6,6	7,8		
		Mulher	0,7	7,4	16,0	5,6	5,3		
40% intermediários		Homem	18,5	42,2	47,5	56,6	55,2		
		Mulher	20,1	36,8	39,6	38,8	35,1		
50% mais pobres		Homem	75,9	51,4	40,9	36,8	36,9		
		Mulher	79,2	55,8	44,4	55,6	59,6		
Total			100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: Microdados POF 2002-2003, IBGE.

É interessante observar (ainda no quadro 2) para o Brasil que dos arranjos monoparentais masculinos 54% deles estão entre os 50% mais pobres enquanto que os monoparentais femininos são 56%, já em Minas estes percentuais são respectivamente 36% e 55%. Esse diferencial de 20% se reflete basicamente no aumento das famílias monoparentais masculinas entre os 40% intermediários no estado (55% enquanto no Brasil o percentual é de 35%). Isso mostra que de certa forma os arranjos com monoparentais de chefia feminina possuem menores rendas que aqueles em que o homem é o chefe, e que em Minas esta desigualdade se torna ainda maior. Como já discutido anteriormente, essa desigualdade de renda é reflexo das várias desigualdades de gênero que prejudicam a inserção da mulher no mercado de trabalho. Com relação ao arranjo casal sem filhos, em Minas há maior percentual em relação ao Brasil destes entre os 40% intermediários, principalmente daqueles em a pessoa de referência é mulher. Pode-se dizer então, que o tipo de chefia e o tipo de arranjo criam condições para que as desigualdades de gênero e de renda se acirrem e acabam sendo os determinantes da desigualdade da distribuição das rendas familiares. Discussões similares foram feitas no estudo de Wajnman et. al (2006), para os quais o tamanho e a composição das famílias domicílios são variáveis demográficas importantes quando se analisa a distribuição de renda entre os arranjos.

Com relação à renda e despesa mensal dos arranjos, observa-se (Tabela 1) que, de maneira geral, os arranjos familiares brasileiros, independente do sexo da pessoa de referência, têm uma

renda superior à suas despesas. Contudo, como destacado no estudo de Almeida e Freitas (2007) existem grandes diferenciais regionais e entre os arranjos familiares nos valores tanto da renda quanto das despesas médias mensais. Sobre a questão da poupança observa-se que em nenhum dos arranjos em que o homem é o chefe, nesta desagregação, houve poupança negativa tanto para o país quanto par ao estado. Já quando os arranjos possuem chefia feminina, o arranjo casal com filhos apreça com um possível déficit em ambos locais analisados. E observando Minas Gerais nota-se que arranjos unipessoais e aqueles de núcleo biparental possuem um possível déficit orçamentário quando a mulher é a pessoa de referência, mas é interessante observar que o arranjo monoparental feminino em Minas possui uma poupança de quase 6% enquanto que no Brasil possui poupança negativa. Ou seja, aparentemente os arranjos monoparentais femininos em Minas conseguem ter um orçamento mais equilibrado do que no país como um todo.

O problema de déficit orçamentário também foi observado em outros estudos, como já mostrado anteriormente esse fato é algo que deve ser melhor analisado, pois como, em princípio, isso não pode ocorrer permanentemente, deve haver então problemas com a declaração das informações (subdeclaração de renda e/ou superestimativa de dispêndios), ou a existência de um vasto esquema de financiamento, formal e informal, do consumo familiar brasileiro. Ou ainda, pode haver uma tendência da existência de um permanente processo de endividamento de grande parcela das famílias dos grandes centros urbanos do país, além de um alargamento da restrição orçamentária para essas famílias que se dá por meio de esquemas de solidariedade social ou compras corrente a serem pagas posteriormente (CASTRO; MAGALHÃES, 2006).

Quando se analisa o hiato de renda entre as famílias chefiadas por homens e mulheres (ainda na tabela 1), percebe-se que na maioria dos arranjos o rendimento mensal familiar em famílias de chefia masculina é superior comparado à chefia feminina, o que pode contribuir para a maior vulnerabilidade desses arranjos. O hiato fica revertido no arranjo casal sem filhos tanto para o Brasil quanto para Minas Gerais e também no tipo casal com filhos para o Brasil. Nos demais arranjos a renda daqueles em que o homem é o chefe é sempre maior quando comparados aqueles em que a chefia é feminina. Sabe-se que estes dados são resultados de um processo muito mais amplo de desigualdades de gênero, principalmente aquelas enfrentadas no mercado de trabalho. Observa-se que o maior hiato de renda entre os arranjos e a chefia ocorre naquelas arranjos de núcleo monoparental, ou seja, quando a mulher normalmente é a única responsável pelo sustento da família e normalmente possui filhos ou outros menores de 15 anos para cuidar, o que acaba por prejudicar ainda mais sua inserção em trabalhos melhor remunerados.

Tabela 1 – Renda e despesa média mensal entre os arranjos familiares segundo o sexo da pessoa de referência, poupança e hiato de renda, Brasil e MG 2003.

Tipos de arranjos	Local	Homem				Hiato de renda		Mulher			
		Renda	Despesa	Poupança		R\$	%	Renda	Despesa	Poupança	
				R\$	%					R\$	%
unipessoal	Brasil	1366,5	1256,4	110,1	8,1	69,1	5,1	1297,5	1204,5	92,9	7,2
	MG	961,3	866,5	94,9	9,9	257,9	26,8	703,4	724,4	-20,9	-3,0
casal sem filho	Brasil	1855,9	1840,5	15,4	0,8	-371,8	-20,0	2227,7	2151,4	76,3	3,4
	MG	1652,2	1576,3	76,0	4,6	-214,0	-13,0	1866,2	2334,5	-468,3	-25,1
casal com filho	Brasil	1969,9	1957,5	12,4	0,6	-85,4	-4,3	2055,2	2248,3	-193,1	-9,4
	MG	2148,4	2055,9	92,5	4,3	42,0	2,0	2106,4	2479,6	-373,2	-17,7
Mono-parental	Brasil	1867,3	1820,1	47,2	2,5	369,2	19,8	1498,1	1526,9	-28,9	-1,9
	MG	1685,1	1671,7	13,4	0,8	199,4	11,8	1485,7	1398,7	87,0	5,9
outros	Brasil	1743,8	1652,8	90,9	5,2	213,9	12,3	1529,8	1507,4	22,5	1,5
	MG	1914,3	1370,8	543,5	28,4	370,2	19,3	1544,2	1540,5	3,6	0,2

Fonte: Microdados POF 2002-2003, IBGE.

A questão da menor renda entre arranjo de chefia feminina, leva a discussões acerca da possível “feminização” da pobreza, contudo os dados divulgados a partir da síntese de indicadores do IBGE (2006) mostraram que das famílias chefiadas por homens 25,1% delas viviam com um

rendimento familiar de até 1/2 salário mínimo per capita, enquanto que nas famílias chefiadas por mulheres essa proporção era de 29,6%. O instituto afirmou que com essa proporção um pouco mais elevada para as famílias em que as mulheres são a pessoa de referência não é tão elevada a ponto de afirmar a existência de uma “feminização” da pobreza.

No que diz respeito à renda média e a despesa dos arranjos familiares em cada percentil de renda, tem-se (Quadro 3) que o arranjo monoparental é o que apresenta maior problema de déficit orçamentário, especialmente entre aqueles em que a chefia é feminina, que no Brasil até mesmo entre os 10% mais ricos possuem as despesas maiores que a renda. Já em Minas isso não ocorre, pois entre os 10% mais ricos não existe déficit orçamentário nos arranjos monoparentais nem nos unipessoais, contudo no restante dos arranjos quando a chefia é feminina as despesas são maiores do que a renda. Isso mostra que mesmo entre os mais ricos as famílias com mulheres chefes continuam sendo as mais vulneráveis, contudo em Minas o arranjo monoparental feminino não parece estar nessa situação, pois consegue ter uma poupança relativamente alta (18%). Segundo o IBGE (2006), essa aparente precariedade e pobreza dos arranjos monoparentais femininos pode estar relacionada à questão da ausência do cônjuge nas estruturas familiares chefiadas por mulheres e as diferenças de inserção e desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Percentis Arranjos		Brasil						Minas Gerais					
		Homem		Mulher		hiato renda		Homem		Mulher		hiato renda	
		Renda	despesa	Renda	despesa	R\$	%	Renda	despesa	Renda	despesa	R\$	%
10% mais ricos	unipessoal	7317,0	5318,0	7508,7	5378,6	-191,7	-3%	7520,3	3092,5	7526,9	4166,8	-6,6	0%
	poupança	1999,1	27%	2130,1	28%			4427,7	59%	3360,1	45%		
	casal sem filho	8860,5	7342,4	7930,0	6844,8	930,5	11%	8814,3	7298,6	7790,6	11148,6	1023,7	12%
	poupança	1518,1	17%	1085,2	14%			1515,7	17%	-3358,1	-43%		
	casal com filho	7998,1	6580,7	7380,3	7640,1	617,8	8%	7903,4	7256,6	7428,9	9104,1	474,6	6%
	poupança	1417,4	18%	-259,8	-4%			646,8	8%	-1675,2	-23%		
	monoparental	8394,9	7320,4	8154,7	6425,1	240,2	3%	8443,7	8161,4	8019,7	6579,0	424,0	5%
	poupança	1074,5	13%	1729,6	21%			282,3	3%	1440,7	18%		
	outros	7359,9	6152,9	6960,0	5563,7	399,9	5%	7251,2	3483,4	6658,8	8605,6	592,4	8%
poupança	1207,0	16%	1396,3	20%			3767,9	52%	-1946,8	-29%			
40% intermediários	unipessoal	1930,1	1843,8	1872,8	1792,8	57,3	3%	1938,3	1673,4	1900,6	1438,6	37,7	2%
	poupança	86,3	4%	80,0	4%			264,9	14%	462,0	24%		
	casal sem filho	1848,0	1904,5	1788,3	1852,4	59,7	3%	1852,6	1711,7	1780,3	2490,9	72,3	4%
	poupança	-56,5	-3%	-64,1	-4%			140,9	8%	-710,6	-40%		
	casal com filho	1894,8	2024,4	1872,1	1878,6	22,8	1%	1897,6	1899,7	1867,2	1808,3	30,5	2%
	poupança	-129,6	-7%	-6,5	0%			-2,1	0%	58,9	3%		
	monoparental	1844,0	1870,7	1825,1	1940,2	18,9	1%	1896,0	1525,6	1842,3	1714,6	53,7	3%
	poupança	-26,7	-1%	-115,1	-6%			370,4	20%	127,7	7%		
	outros	1900,3	1836,6	1799,4	1827,2	101,0	5%	1898,8	1626,9	1808,6	1863,4	90,2	5%
poupança	63,7	3%	-27,8	-2%			271,9	14%	-54,8	-3%			
50% mais pobres	unipessoal	421,3	523,8	466,0	562,7	-44,8	-11%	416,7	503,7	469,3	513,0	-52,6	-13%
	poupança	-102,5	-24%	-96,7	-21%			-87,0	-21%	-43,7	-9%		
	casal sem filho	558,6	764,5	561,7	741,5	-3,1	-1%	559,2	755,6	556,5	1062,7	2,7	0%
	poupança	-205,9	-37%	-179,8	-32%			-196,4	-35%	-506,2	-91%		
	casal com filho	548,9	750,7	553,0	907,1	-4,2	-1%	543,8	769,9	556,6	690,1	-12,8	-2%
	poupança	-201,9	-37%	-354,1	-64%			-226,1	-42%	-133,4	-24%		
	monoparental	503,4	624,9	516,9	689,6	-13,5	-3%	490,9	742,0	513,2	658,5	-22,3	-5%
	poupança	-121,5	-24%	-172,7	-33%			-251,1	-51%	-145,4	-28%		
	outros	564,4	653,8	537,2	685,4	27,3	5%	563,1	539,5	536,1	718,8	27,0	5%
poupança	-89,4	-16%	-148,3	-28%			23,5	4%	-182,8	-34%			

Fonte: Microdados POF 2002-2003, IBGE.

Já entre os 40% intermediários os arranjos em Minas parecem ter melhor condição orçamentária, pois somente os tipos casais sem filhos e outros de chefia feminina possuem déficit orçamentário, já para o Brasil independente da chefia os tipos casal sem filhos, casal com filhos e monoparental possuem as despesas maiores que a renda. Entre os 50% mais pobres a situação é bastante complicada, uma vez que tanto para o Brasil quanto para Minas todos os tipos de arranjo independente do sexo da chefia possuem as despesas maiores que a renda, exceto outros tipos de arranjo chefiados por homens em Minas Gerais. Estes dados confirmam o que apontou Bertasso et. al (2007), em que o déficit orçamentário atinge famílias de até 8 salários mínimos. Com relação a esse possível déficit orçamentário, de acordo com Castro e Magalhães (2006) a poupança negativa estão muito relacionados à famílias com rendimento de até seis salários mínimos. Para os autores se deve levar em consideração essa discrepância entre renda e gasto nas estimativas de consumo familiar, pois na verdade o que de fato importa é a capacidade aquisitiva dos consumidores, que, em especial para as famílias com renda mais baixa, tem como limite as despesas e não os recebimentos.

Quando se analisa a questão do hiato de renda (ainda no Quadro 3), observa-se que entre os 50% mais pobres na maioria dos arranjos tanto no Brasil quanto em Minas existe um hiato de renda revertido, ou seja, quando a mulheres são as responsáveis pela família elas possuem maior renda que os homens, contudo mesmo assim, elas possuem na maioria das vezes as despesas superiores à renda. Ou seja, nesse caso não importou o fato dessas famílias ter uma renda superior à de família de chefes homens, pois o valor da renda em si também já era muito baixo impossibilitando um equilíbrio no orçamento. Esses dados vão ao encontro das declarações feitas pelo IBGE (2004), para o qual das famílias com pessoa de referência do sexo feminino, 57% viviam com rendimento mensal familiar de até R\$ 1.000,00, enquanto naquelas em que a referência familiar era masculina, cerca de 49% viviam neste padrão.

Sobre os gastos médios mensais com determinados tipos de despesa (Quadro 4), observa-se que o arranjo unipessoal os gastos com alimentação e habitação possuem grande peso em relação as demais despesas e se mostraram bastante similares entre Minas Gerais e Brasil. Já os gastos com vestuário, independentemente do arranjo familiar, apresenta-se mais elevado no estado do que no país, principalmente entre os arranjos chefiados por homens. Por outro lado, as despesas com transporte são menores em Minas do que no Brasil para ambas as chefias. Os gastos percentuais com saúde possuem diferenciais importantes, sendo maior em Minas Gerais, onde se destacam os arranjos do tipo casal sem filhos, casal com filhos e monoparental de chefia masculina com os maiores percentuais que aqueles de chefia feminina. Esse fato se torna interessante uma vez que no Brasil a maioria dos arranjos chefiados por mulheres apresenta sempre um percentual maior de gasto com saúde quando comparados aqueles de chefia masculina. As despesas percentuais com educação e com recreação no estado são superiores ao país, exceto no arranjo unipessoal feminino.

Observa-se que de maneira geral as famílias chefiadas por homens tem um gasto superior àquelas chefiadas por mulheres, principalmente nas despesas com alimentação, recreação e outras. Segundo o IBGE (2004) isso se deve basicamente ao fato de que o rendimento das famílias lideradas pelo sexo masculino é 21% maior do que o das chefiadas por mulheres. Pode-se dizer que, de forma geral, os dados no diz respeito ao sexo e o gasto entre despesas corroboram com o estudo de Pinheiro e Fontoura (2007), no qual as famílias em que a pessoa e referência é mulher gastam proporcionalmente mais com: habitação, vestuário, saúde, educação; e as que têm homens como responsáveis gastam mais com: transporte, alimentação.

Quadro 4 - Distribuição em real (R\$) e percentual (%) do gasto segundo tipos de despesa por arranjos familiares e sexo da pessoa de referência, Brasil e MG 2003.													
Despesas		arranjos	unipessoal		casal sem filho		casal com filho		monoparental		outros		
		Sexo	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
Brasil	alimentação	Homem	214,8	24,0	285,2	22,2	371,0	25,8	349,5	26,8	330,6	25,3	
		Mulher	180,9	19,5	281,7	20,2	382,4	23,1	289,2	24,2	269,0	23,1	
	habitação	Homem	463,3	43,5	667,4	40,8	661,1	35,7	628,7	37,8	630,0	37,5	
		Mulher	549,3	53,4	751,9	43,3	780,9	38,5	601,5	41,8	572,2	41,2	
	vestuário	Homem	37,0	3,5	64,6	4,6	94,5	6,0	81,5	6,0	82,1	6,0	
		Mulher	48,3	3,5	82,3	5,0	104,7	6,0	79,4	6,2	86,7	6,1	
	transporte	Homem	195,5	9,7	249,1	10,6	308,9	12,0	240,2	9,3	200,8	9,8	
		Mulher	100,4	4,3	275,5	9,7	273,5	10,2	166,0	7,8	157,7	7,2	
	saúde	Homem	53,1	3,8	127,8	6,4	95,9	4,7	85,8	4,2	75,9	4,4	
		Mulher	84,4	6,6	116,7	5,6	108,0	4,7	80,1	4,8	105,8	6,1	
	educação	Homem	22,0	0,9	23,7	0,8	68,7	2,0	51,7	1,5	50,6	2,0	
		Mulher	19,5	0,7	35,4	1,0	100,3	2,1	52,5	2,0	46,3	1,8	
	recreação	Homem	61,2	3,2	61,0	2,8	82,3	3,4	86,9	3,5	99,5	4,5	
		Mulher	51,8	2,4	90,9	2,9	110,6	3,9	61,4	3,2	72,1	3,4	
	outras	Homem	209,7	11,4	361,7	11,8	275,2	10,6	295,8	11,1	183,2	10,5	
		Mulher	170,0	9,6	517,0	12,3	388,0	11,6	197,0	10,0	197,5	11,1	
	Minas Gerais	alimentação	Homem	185,8	25,7	269,3	23,9	393,6	25,8	363,8	26,0	295,4	24,0
			Mulher	141,8	19,6	365,4	27,2	322,3	21,5	283,0	25,1	320,0	24,5
habitação		Homem	326,5	45,4	576,1	37,9	610,1	32,9	561,7	33,5	512,2	41,1	
		Mulher	380,3	55,3	728,1	34,6	924,6	37,8	494,3	39,7	592,1	40,2	
vestuário		Homem	30,4	4,1	56,7	5,2	104,6	6,4	83,0	6,8	80,7	5,6	
		Mulher	24,6	3,6	96,1	5,8	104,1	6,7	88,1	7,5	99,6	6,9	
transporte		Homem	134,9	8,7	181,2	9,0	287,0	11,2	157,0	7,5	157,7	8,5	
		Mulher	32,1	3,0	135,9	6,4	186,6	7,3	141,1	6,3	66,2	3,1	
saúde		Homem	31,4	3,5	96,7	7,4	105,2	5,8	128,8	8,0	71,6	6,7	
		Mulher	47,6	8,3	79,9	5,3	104,4	5,5	75,5	5,5	127,8	8,1	
educação		Homem	16,4	0,9	19,6	1,1	76,0	2,6	51,6	1,7	26,9	1,1	
		Mulher	0,7	0,1	40,2	2,4	84,1	2,7	56,5	2,5	48,2	2,8	
recreação		Homem	39,7	3,0	54,2	3,3	95,1	4,0	72,2	3,8	81,9	4,1	
		Mulher	12,9	1,6	126,5	3,2	94,4	3,8	59,3	3,2	66,3	3,6	
outras		Homem	101,3	8,9	322,6	12,4	384,2	11,5	253,8	12,7	144,5	8,9	
		Mulher	84,3	8,5	762,5	15,2	659,2	14,7	200,9	10,3	220,3	10,8	

Fonte: Microdados POF 2002-2003, IBGE.

Quando se analisa o consumo de acordo com o perfil de renda dos arranjos familiares (quadro 5) nota-se que tanto para Minas Gerais quanto para o Brasil, entre os 50% mais pobres as despesas com alimentação e habitação equivalem a quase 70% das despesas em todos os arranjos familiares tanto aqueles com chefes homens quanto mulheres, já entre os 10% mais ricos as mesmas não chegam a somar nem 50% das despesas. Estes dados corroboram com o estudo de Silveira; Bertasso (2004) no qual os autores também demonstraram que os grupos ricos tendem a gastar uma parcela menor de seus orçamentos com produtos alimentícios, e as famílias pobres gastam relativamente menos com as despesas com transportes, que pode-se dever ao fato de usufruírem mais de transporte coletivo que é relativamente mais barato que o transporte particular, mais comum entre os mais ricos. Os autores observaram com isso, que de maneira geral, o padrão de gastos das famílias pobres é muito mais regular, sendo possível dizer, então, que o alto nível de renda permite muito mais idiosincrasias por parte dos consumidores, uma vez que estes consumidores gastam mais em recreação e outras despesas. Também são inferiores aos gastos relativos médios as despesas dos mais pobres com educação, provavelmente, segundo os autores, pelo pequeno acesso destes à rede particular de ensino.

Tipos de arranjos		Percentis	Local	alimentação		habitação		vestuário		transporte		saúde		educação		recreação		outras			
				RS	%	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%	RS	%
unipessoal	10% mais ricos	Brasil	461,6	10,7	1791,6	36,8	203,7	4,3	806,4	14,7	346,6	6,6	126,6	1,9	362,1	6,5	1246,1	18,6			
		Minas	306,4	9,7	1007,0	32,3	49,7	1,4	673,2	20,8	91,6	2,8	118,1	3,4	272,6	8,5	686,7	21,1			
	40% inter-mediários	Brasil	286,2	17,0	759,3	45,6	58,2	3,1	257,3	11,1	90,2	4,9	35,8	1,7	84,1	4,0	248,3	12,5			
		Minas	286,6	20,8	665,0	43,8	48,1	3,8	218,1	10,7	68,9	4,9	17,1	1,1	50,2	3,2	200,9	11,9			
	50% mais pobres	Brasil	133,1	25,1	260,1	50,6	18,6	3,6	33,4	4,6	29,3	5,1	3,1	0,3	12,4	1,9	53,0	8,8			
		Minas	128,2	23,8	247,5	52,6	21,6	4,0	27,3	4,1	29,7	6,2	2,2	0,2	10,5	1,8	41,4	7,4			
casal sem filhos	10% mais ricos	Brasil	612,6	11,6	2179,6	35,0	183,3	3,0	1087,5	16,7	584,3	7,3	135,2	2,1	295,5	4,4	2196,1	19,9			
		Minas	502,4	13,3	2299,2	27,2	144,2	3,0	805,8	16,4	302,5	6,1	122,1	2,6	292,0	4,9	3141,1	26,6			
	40% inter-mediários	Brasil	316,1	18,5	733,0	40,2	75,9	4,5	270,7	12,7	119,4	6,7	24,5	1,1	65,8	3,4	296,0	12,9			
		Minas	320,9	20,6	665,8	38,0	71,9	4,6	220,0	10,8	122,7	7,4	22,9	1,6	73,4	4,0	262,4	13,1			
	50% mais pobres	Brasil	195,1	27,0	328,3	42,7	34,8	5,1	69,6	7,6	42,1	5,9	2,9	0,3	15,3	1,9	74,5	9,5			
		Minas	211,6	28,3	309,5	38,7	38,9	6,0	65,8	6,2	47,7	7,2	6,9	0,7	18,9	2,5	79,6	10,4			
casal com filhos	10% mais ricos	Brasil	740,0	13,2	2248,5	32,1	235,3	4,2	1152,2	18,1	341,5	5,7	380,7	6,0	357,0	5,6	1211,4	15,1			
		Minas	747,3	13,0	2195,8	28,4	268,3	4,6	1009,2	16,1	314,1	5,2	358,8	5,7	378,2	5,7	2128,7	21,2			
	40% inter-mediários	Brasil	412,1	21,7	678,9	35,5	110,4	6,1	325,1	14,4	100,5	5,0	56,5	2,3	78,1	3,7	253,1	11,4			
		Minas	423,0	23,3	567,3	32,1	113,3	6,7	285,2	13,0	107,8	5,7	63,1	2,7	87,8	4,4	247,9	12,1			
	50% mais pobres	Brasil	240,9	32,4	262,2	37,1	45,7	6,3	75,9	8,0	31,5	4,1	6,4	0,7	21,3	2,6	77,0	8,8			
		Minas	248,6	31,7	247,9	35,7	47,7	6,7	67,8	7,1	42,3	6,0	10,7	1,5	22,1	2,9	77,8	8,5			
monoparental	10% mais ricos	Brasil	748,0	12,5	2288,6	36,0	222,4	4,1	1005,0	14,8	372,9	6,2	356,3	6,0	350,9	5,4	1263,1	15,1			
		Minas	635,7	10,8	2057,3	33,3	234,5	4,1	1051,3	13,5	368,0	6,3	509,4	9,3	443,5	7,0	1551,9	15,8			
	40% inter-mediários	Brasil	361,6	20,2	771,1	39,7	107,5	6,2	218,6	10,4	101,9	5,3	64,9	2,9	80,0	4,0	226,2	11,4			
		Minas	358,0	22,3	599,1	35,6	113,0	7,3	170,4	9,6	108,9	6,5	53,3	2,6	63,4	3,8	209,5	12,4			
	50% mais pobres	Brasil	196,6	29,0	281,4	43,1	43,1	6,4	41,8	5,5	29,9	4,1	5,6	0,7	18,1	2,4	65,3	8,8			
		Minas	208,9	29,1	261,7	41,9	51,2	7,8	23,8	3,3	32,7	5,4	8,5	1,4	18,0	2,5	62,6	8,7			
outros	10% mais ricos	Brasil	603,6	12,3	2439,4	37,6	234,7	4,4	852,4	15,6	327,9	5,8	194,0	3,5	364,9	6,6	795,6	14,2			
		Minas	852,5	15,5	2352,1	44,3	346,4	6,0	474,8	7,9	333,0	5,6	96,3	2,2	289,2	5,3	951,7	13,2			
	40% inter-mediários	Brasil	357,5	19,6	643,2	38,4	106,9	5,9	205,4	10,5	121,0	6,1	72,2	3,0	102,3	4,7	222,8	11,8			
		Minas	381,0	22,8	597,9	37,1	103,4	6,1	149,5	7,7	122,8	6,4	66,5	3,5	95,2	4,8	208,9	11,5			
	50% mais pobres	Brasil	194,9	29,3	260,1	41,0	43,5	6,4	42,1	5,4	34,7	4,8	5,8	0,7	22,8	2,7	69,8	9,6			
		Minas	169,7	26,7	275,4	43,4	45,0	6,5	24,0	3,5	50,9	8,6	4,6	0,6	25,4	2,8	60,2	8,0			

Fonte: Microdados POF 2002-2003, IBGE.

No quadro 5 é possível observar que os gastos com educação são mais elevados em arranjos com filhos chegando até 6% do total das despesas entre aqueles pertencentes ao percentil dos 10% mais ricos, e especialmente em Minas Gerais onde o arranjo monoparental com filhos chega a apresentar 9,3% das despesas com educação. É interessante observar que os gastos com recreação são maiores em Minas Gerais em praticamente todos os percentis de renda e arranjos familiares, especialmente entre o arranjo unipessoal entre os 10% mais ricos. Os dados de maneira geral corroboram com a Teoria de Engel, para qual há uma combinação entre aumento da renda e diminuição dos gastos com alimentação aumento dos gastos com outras despesas, dentre estas educação, recreação, etc. Nesse sentido pode-se identificar claramente o perfil diferenciado de consumo da população brasileira. Os valores mensais gastos nas despesas com alimentação, habitação e vestuário, etc, reduzem quando se aumenta a renda da família. E contrariamente gastos com recreação, educação e saúde aumentam quando se trata de grupos familiares mais favorecidos economicamente (SILVEIRA; BERTASSO, 2004; ALMEIDA; FREITAS, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu aprofundar o conhecimento dos padrões de consumo entre os arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas, identificando os principais diferenciais a partir da localização (Brasil e Minas Gerais), renda, sexo da pessoa de referência e ainda de algumas características sócio-demográficas do arranjo unipessoal. Esse conhecimento é vital para a formulação de políticas públicas que combatam os altos níveis de desigualdade vigentes na sociedade brasileira, desigualdades não só de renda, mas também de gênero, as quais se refletem na utilização desigual dos bens consumidos pelas famílias e nas demandas customizadas.

Sobre as diferenças da distribuição dos arranjos e da chefia em Minas Gerais e Brasil, pode-se dizer que os dados mostram-se bastantes similares, com poucas diferenças. Destaca-se que Minas Gerais ainda possui um perfil mais tradicional, em que ainda existem menos arranjos monoparentais e outros do que Brasil, e os homens são mais ditos como os responsáveis pela família do que o restante do país.

A renda é realmente uma variável essencial para a determinação dos gastos na família, juntamente com algumas características sócio-econômicas (escolaridade, idade, etc.) contribuem para oportunizar ou impedir certos tipos de gastos, se destacando aqueles com alimentação, educação, recreação e transporte próprio. Sendo que entre as famílias do percentil 50 % mais pobres as quais, por disporem de menor renda, comprometem seu orçamento com as despesas mais básicas como habitação e alimentação, sendo então os gastos com educação e recreação muito pequenos. Contrariamente, nos arranjos do percentil 10% mais ricos, os quais dispõem de maior renda familiar, há um gasto considerável das referidas despesas. Além do efeito da renda sobre o gasto mensal com educação e recreação, estas também são bastante influenciadas pela composição das famílias, pois famílias em há a presença de apresentam gastos mais elevados com educação do que aquelas em que há somente adultos, pois os filhos requerem gastos com creche, escola e universidade, o que entre os adultos, na maioria das vezes, estes gastos já não são mais demandados. Também o gasto com é mais elevado em famílias em que há filhos, pois esta é uma necessidade maior deste grupo, em especial entre os jovens. É interessante observar que as despesas com recreação ficaram mais elevadas em Minas do que no Brasil em todas as situações analisadas.

Com relação à renda dos arranjos e as questões de gênero, pode-se dizer que os dados, apesar de ainda bastante agregados, já apontam que a distribuição dos arranjos entre os estratos econômicos não é homogênea e que existem grandes diferenciais de acordo com o sexo da pessoa de referência. Percebe-se claramente que entre os arranjos que há a presença dos dois cônjuges a situação econômica aparentemente é melhor quando comparados a arranjos de apenas um cônjuge (monoparental e outros). E que apesar de existirem, de forma geral, mais arranjos em que a pessoa de referência é mulher nos percentis mais pobres e estes apresentarem uma renda familiar menor quando comparados à aqueles em que o homem é o “chefe”, nota-se que em alguns casos,

dependendo da desagregação feita, isso não ocorre, pois o percentual dos arranjos em que os homens são os “chefes” torna-se maior. Assim, como já discutido no referencial teórico, relacionar diretamente a “chefia” feminina à pobreza pode ser algo bastante errôneo e por isso os estudos que tratam esse tema devem ser cautelosos a afirmar estas questões.

Os dados sobre os gastos em despesas relacionadas à família e os diferenciais por sexo do responsável pelo arranjo familiar, mostraram que estabelecer qual dos “chefes” (homens ou mulheres) gasta melhor com despesas relacionados à família, ou gasta mais voltado para a família é algo bastante complicado, e com base neste estudo, não poderia ser usado como critério de alocação de recursos públicos, pois os diferenciais encontrados foram insuficientes para se afirmar isso. Além disso, os diferenciais de consumo por gênero dos responsáveis pelas famílias também são bastante visíveis, principalmente no que envolve as despesas com habitação, alimentação e transporte. O gasto com transporte mostrou-se mais elevado em famílias mais ricas, especialmente naquelas em que o homem é a pessoa de referência, uma vez que estes arranjos possuem maiores condições de terem o carro próprio, enquanto as famílias mais pobres, na maioria delas “chefiadas” por mulheres, possuem rendimento mensal menor e por isso acabam por usufruem mais do transporte coletivo, sendo este mais barato. Estes dados foram encontrados tanto para o Brasil quando para Minas, se destacando que no estado há as famílias monoparentais femininas encontram-se em melhor situação econômica quando comparados ao Brasil.

Com relação ao arranjo unipessoal, uma das questões que mais se mostraram relevantes é o fato deste arranjo apresentar os maiores rendimentos e despesas per capita, entre estas se destacam os gastos com habitação, alimentação e saúde. Esse alto consumo das pessoas sozinhas, principalmente aquelas, junto à informação que estes arranjos tendem a um elevado crescimento nos próximos anos, nos leva a pensar nos impactos sociais e ambientais que este tipo de arranjo pode trazer em longo prazo. Pois os dados per capita mostraram que o arranjo unipessoal, ou seja, um domicílio com apenas uma pessoa, consome muito mais recursos (alimentos, produtos e serviços) e energia quando comparados à domicílios com famílias de muitos membros. Ou seja, pensando-se no meio ambiente e na escassez dos recursos naturais, em longo prazo o crescimento deste tipo de arranjo se torna algo inviável e de bastante preocupação para os formuladores de políticas públicas em meio ambiente.

Por tudo isso, conclui-se que os o consumo entre os arranjos familiares não se comporta de forma homogênea, pois os arranjos não são unidades, e nem mesmo há unidade dentro de um mesmo tipo arranjo, pois os dados mostraram que o consumo entre as famílias se diferencia significativamente a partir da renda disponível e sexo do responsável. Por fim, este estudo e suas considerações, procuraram contribuir para a identificação da demanda dos dispêndios das famílias, de forma que os governos possam elaborar com maior eficácia políticas públicas de serviços, como educação, saúde, recreação ou até mesmo habitacionais, que melhorem a qualidade de vida das famílias e das pessoas que moram sozinhas. Pois se espera que as políticas públicas na área de família considerem em sua elaboração todas as especificidades que envolvem os arranjos, especialmente o seu ciclo de vida, sua composição, o sexo da pessoa de referência e o estrato econômico a que pertencem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.N. de; FREITAS, R.E. Famílias com idosos nas áreas urbanas e rural: Análise do dispêndio a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003. In: SILVEIRA, F. G.; ALVES, J. E. D. Desfamiliarizar o Bolsa Família. In: Aparte / UFRJ, maio, 2009. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/desfamiliarizar_bolsa_familia_24mai09.pdf

ALVES, J.E.D.; CORRÊA, S. Igualdade e Desigualdade de Gênero no Brasil: Um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. In: SEMINÁRIO BRASIL, 15 ANOS APÓS A CONFERÊNCIA DO CAIRO, *Anais...* Belo Horizonte-MG, ABEP, 2009.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, C.; SCALON, C (Orgs.). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 304 p.

ARRIAGADA, I. Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In: ARRIAGADA, Irma (org). **Familias y políticas públicas en América Latina: Una historia de desencuentros**, CEPAL, Santiago de Chile, 2007.

_____. Famílias Latinoamericanas: convergências y divergências de modelos y políticas. **Revista de la Cepal**, Santiago, n. 65, ago. 1998.

BARROS, L. F. W.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Novos Arranjos Domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2008.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MENDONÇA, R. S.P. Uma análise das principais causas da queda recente da desigualdade de renda brasileira. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, p. 117-147, jul. 2006.

BARROS, R. P.; MACHADO, A.F.; MENDOÇA, R.S.P.de. **A desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero**. Texto para Discussão nº 453, IPEA, Rio de Janeiro, 1997.

BERQUÓ, E.; CAVENAGUI, S. M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1988, Olinda. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1988, p.155-182.

BERTASSO, B.F.; SILVEIRA, F.G.; MAGALHÃES, L.C.G.de; Tipologia socioeconômica das famílias das grandes Regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos. In: SILVEIRA, F.G; SERVO, LM; MENEZES, T; PIOLA, S.F. (Org.). **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. Brasília: Ipea, Vol 1, 2006.

BONGAARTS, J. Household Size and Composition in the Developing World in the 1900s. **Population Studies**, v. 55, n. 3, p. 263-279, nov., 2001.

CALLEGARO, C. A. A procura da generalização da Lei de Engel. In: **Revista de Administração**, Vol.: 17 N., Jan/Mar .1982.

CAMARGOS, M.C.S. **Enfim só: um olhar sobre o universo de pessoas idosas que moram sozinhas no município de Belo Horizonte (MG), 2007. 2008**. 2004. 138 f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. M. Mudanças no padrão tradicional de família: Um estudo sobre as pessoas sozinhas no Brasil entre 1987-2007. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA, 27. **Anais...** Buenos Aires: ALAS, 2009.

CASTRO, P. F. de; MAGALHÃES, L.C.G.de; **Recebimento e dispêndio das famílias brasileiras: Evidências recentes da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 1995-1996**. In: SILVEIRA, F.G; SERVO, LM; MENEZES, T; PIOLA, S.F. (Org.). **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. Brasília: Ipea, Vol 1, 2006.

DINIZ, B.P.C.; SILVEIRA, F.G.; BERTASSO, B.F.; MAGALHÃES, L.C.G.de.; SERVO, L.M.S. As Pesquisas de Orçamentos Familiares no Brasil. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Orgs.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, v. 2, 2007.

FERREIRA, F. P. M. Algumas considerações sobre a formação e localização dos domicílios unipessoais em Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2000, Caxambu. **Anais ...** Campinas: ABEP, 2000.

FREITAS, P.O. de. Orçamento Familiar: Preparando Multiplicadores. In.: **Anais do XVIII Congresso Brasileiro VI Encontro Latino-Americano e IX Simpósio Estadual de Economia Doméstica**, 18: 2005: Francisco Beltrão, PR.

GOLDANI, A. M. Família, Gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 19, n. 1, jan/jun, 2002.

_____. Famílias e Gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: *Anais do XII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP*. Caxambu, v.1, p. 1-20, 2000. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 12 de julho de 2004.

HOFFMANN, R. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 19, 2002, p. 213-235.

_____. Elasticidades-Renda das despesas e do consumo de alimentos no Brasil em 2003-2003. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Orgs.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, v. 2, 2007.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: **primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004, CD-ROM.

_____. **Pesquisa de Orçamentos Familiares**, 2002-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 3ª versão, 2006, CD-ROM.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

MACÊDO, M. dos S. **Gênero e sua utilidade teórica e política para pensar famílias e chefia feminina**. In SEMINÁRIO AVANÇOS E DESAFIOS NO USO DO CONCEITO DE GÊNERO NOS ESTUDOS POPULACIONAIS, 2009. Rio de Janeiro. **Anais...**Belo Horizonte: ABEP, 2009.

MEDEIROS, M. e OSORIO, R. **Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1977 e 1998**, Texto para Discussão nº 886, IPEA, Rio de Janeiro, 2002.

_____.; CARVALHO, M.; BARROS, R.P.de; SOARES, S. Notas Técnicas - Sobre a Recente Queda da Desigualdade de Renda no Brasil. In: BARROS, R.P. de (org); FOGUEL, M.N. (org); ULYSSEA, G. (org). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2v, 2006.

MENEZES, T.; SILVEIRA, S.; MAGALHÃES, L.; TOMICH, F.; VIANNA, S. Gastos alimentares nas grandes regiões urbanas do Brasil: aplicação de um modelo AIDS com expansão quadrática aos microdados da POF 1995/96 do IBGE. In: SILVEIRA, F.G; SERVO, LM; MENEZES, T; PIOLA, S.F. (Org.). **Gasto e Consumo das Famílias Brasileiras Contemporâneas**. Brasília: Ipea, Vol 1, 2006.

MONTALI, L. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva** 17(2): p.123-135. 2003.

MONTANO, C. **Terceiro Setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NERI, M. C. (Coord). **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGC/IBRE, CPS, 2008.

NERI, M. **Desigualdade, estabilidade e bem-estar social**. EPGE/FGV, 2006 (Série Ensaios Economicos, n. 637). Disponível em: <<http://epge.fgv.br/portal/arquivo/2168.pdf>>.

NOVELLINO, M. S. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

PALMER, G. **Single Person Households**. Issues that Joseph Rowntree Foundation (JRF), Londres, 2006.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, S. O. Perfil das Despesas e dos Rendimentos das Famílias Brasileiras sob a Perspectiva de Gênero. In: SILVEIRA, F. G.; SERVO, L. M. S.; ALMEIDA, T.; PIOLA, S. F. (Orgs.). **Gastos e consumos das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, v. 2, 2007.

RAMOS, L.R.A; REIS, J.G.A. **Emprego no Brasil nos anos 90**. Texto para Discussão nº 468, IPEA, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, I. C. M. A Distribuição do Consumo: uma análise das Regiões Brasileiras através da POF 2002-2003. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16, 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

SILVA, M. F. Chefia feminina domiciliar: indicador de maior pobreza das mulheres? **Revista Gênero** – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero, Volume 7, nº 1. Editora UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2007.

SILVEIRA, F. G.; CARVALHO, A. X. Y.; AZZONI, C. R.; CAMPOLINA, B.; IBARRA, A. **Dimensão, magnitude e localização das populações pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2007 (Texto para discussão, n. 1.278).

_____.; BERTASSO, B.F. Tipologia socioeconômica das famílias das grandes Regiões urbanas brasileiras e seu perfil de gastos. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População. ALAP: Caxambu (MG), Brasil, set. 2004.

STROHM, C.Q.; SELTZER, J.A.; COCHRAN, S.D.; MAYS, V.M. “Living Apart Together” relationships in the United States. In: **Demographic Research**, Volume 21, Article 7, Published 19, August 2009.

THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo 1900-2000. Tradução de Elisabete Doria Bilac. - São Paulo: Editora Contexto, 2006. 510p.

UNITED NATIONS (ONU), **Principles and Recommendations for Population and Housing Census Revision** 1, 1998, p. 65-68. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/sconcerns/fam/fammeth.htm#A>. Acesso em 15 de outubro de 2008.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C.S. Estrutura Domiciliar e Distribuição da Renda Familiar no Brasil. In: BARROS, R.P. de (org); FOGUEL, M.N. (org); ULYSSEA, G. (org). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2v, 2006.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. Monoparentalidade e Chefia Feminina: Conceitos, Contextos e Circunstâncias. In: PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA, 2002, Ouro Preto, **Anais...** Belo Horizonte: CNPD/ FNUAP/ ABEP, 2002.